

Tradicionalidade e Modernidade com os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa – Portugal, a Europa e o Mundo*

João Marinho dos Santos

Univ. Coimbra – C.H.S.C.

Na polémica em que Damião de Góis se envolveu com o genovês Paulo Jóvio, o qual classificara de «ganância e lucro» o comércio que, pelos anos 30 de Quinhentos, os portugueses faziam pela Rota do Cabo, o primeiro argumentou assim: «Nós [os portugueses] também procuramos – e é lícito confessá-lo – auferir lucros e riquezas, sem os quais a Europa inteira não poderia compensar as despesas enormes que todos os dias fazemos. Merecemos, porém, louvores, por não sulcarmos os mares, como outrora fizeram, e ainda hoje fazem, muitos povos da Itália, da Espanha e da França, quais inermes mercadores em busca só da especiaria: mas com exércitos e armadas, bem aparelhados contra o inimigo, não tanto para dilatação do nosso império, como para expansão das nossas crenças. É preciso observar que nem todas as viagens nos dão lucro, pois combatendo em prol da fé, muitas vezes sofremos grandes perdas em homens e bens, como tem acontecido na Mauritânia e nas costas do Atlântico, para vencer e submeter aqueles

* Texto da conferência proferida no Curso de Inverno sobre *Tradição e Modernidade. Portugal: Passado e Presente* (Coimbra, 18-20 Nov. 2003).

infiéis que dominavam a Lusitânia – combatendo durante muitos anos, com pouca gente e poucos meios»¹.

Retenhamos, como elementos referenciais, os seguintes:

1. Damião de Góis situa já, explícita e implicitamente, a Expansão Ultramarina Portuguesa no quadro da *nova* unidade civilizacional em construção – a “Europa” – e não tanto no âmbito da *antiga* unidade religioso-civilizacional – a “Cristandade” ou “República Cristã”;

2. Contudo, releva bem que o sentido ou o objectivo principal de tal movimento é de natureza religiosa («em prol da nossa fé» ou «para expansão das nossas crenças»), embora se lhe apegassem interesses comerciais;

3. Sulcávamos, portanto, os mares não apenas em busca da mercadoria (em particular da «especiaria»), mas em perseguição do nosso concorrente tradicional e inimigo absoluto – o “mouro”;

4. Esta guerra cruzadística tradicional, mas tecnologicamente já moderna («com exércitos e armadas, bem aparelhados...»), exigia-nos grandes despesas e desgastava-nos, enormemente, em homens e bens;

5. A imagem, porém, que resultava, em alguns círculos económicos e culturais europeus, era a que nos movimentávamos mais por proveito material e pela fama e glória terrena («para dilatação do nosso império») do que por honra e glória celeste (ou seja, em prol das nossas crenças religiosas e tradicionais).

Explicitemos mais um pouco:

As Conquistas e os Descobrimientos Marítimos, assumidos, pioneiramente, a partir de começos de Quatrocentos, por nós, portugueses, integraram, de forma bem explícita e intensa, o espírito de cruzada que, desde o século XI, mobilizara, por vezes com entusiasmo, a “Cristandade” ou “Respublica Christiana”. Tal espírito justificará, entre nós, pelo menos três atitudes: que a guerra contra o “mouro”, o nosso inimigo principal em todas as

¹ *Opúsculos Históricas*, tradução do original latino pelo professor Dias de Carvalho, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945.

circunstâncias e em todos os lugares, era não só *justa* mas imperiosa, ao fundamentar, inclusive, a nossa própria nacionalidade (relembre-se a construção do mito de Ourique); que a escravatura e o respectivo tráfico, alimentados pela guerra justa contra o “mouro” e pela guerra *lícita* contra o “gentio” inconversível, tinham como finalidades salvar as almas dos cativos e promovê-los civilizacionalmente no seio de uma religião superior; que o domínio físico e a fruição económica dos territórios e dos bens dos inimigos do cristianismo se fundamentavam no princípio de que toda a terra e tudo o que nela existia era pertença de Deus.

Como espécie de povo eleito, ou antes, como nação escolhida pelo Cristo sofredor para difundir a mensagem evangélica pelos quatro cantos do Mundo, Portugal estava disposto a assumir um papel destacado na expansão da “Cristandade” e, em particular, na guerra contra o “mouro”, mesmo que os outros príncipes cristãos esquecessem as suas obrigações e persistissem em guerrilhas internas e na defesa dos seus interesses nacionalistas. Lembrá-lo-á, entre outros, Garcia de Resende na sua *Miscelânea*, redigida cerca de 1534, ao ter em conta a forte ameaça turco-muçulmana sobre a Europa Central e a que Portugal dificilmente se poderia opor devido à sua perifericidade: «Vimos o Turco tomar/grão parte da Christandade/ [...] vemos seu senhorear/ sem ter contrariedade[...]. Por culpa dos Reys Cristãos/ se faz tam grande senhor/ que não pode ser mayor,/ pois não tem para elle mãos,/ nem entre si paz, e amor:/ sam omecidas no mal/ que faz, salvo Portugal,/ que por ser tam desviado/ a hum mal tam mal olhado/ non pode valer nem val»².

Travava-se, pois, uma guerra de religiões universais, arrogando cada uma delas princípios fundamentalistas e civilizacionais inexcedíveis. Oíçamos, a propósito, o autor de *O Mimo do Campeão da Fé*, o quinhentista muçulmano Zinadim Benali Benhamede: «Mas, ennobreceu-nos [Alá], sobretudo, porque nos fez do povo da melhor das suas criaturas, Mohamede, e nos fez superiores aos outros povos. Deus disse: vós sois o melhor povo

² *Crónica de dom João II e miscelânea por Garcia de Resende*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, pp. 336-337.

que existe entre os homens»³. Por sua vez, o anónimo, também quinhentista, mas português, redactor de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, depreciará, assim, a polícia/civilização dos mouros orientais: «As alfayas de suas casas, serviço de suas mesas, he semelhante a suas honras; não costumão [ter] mesa, nem cadeiras, toalhas, nem guardanapos, garfos, nem colheres, nem mesmo lavar as mãos antes de comer; e inda que as lavem não tem toalhas a que as alimpem; as em que comem são de couro, ou panos pintados, as quaes estendem no chão, e elles assentão-se ao longo dellas em esteiras, ou alcatifas; e inda que seja mesa de Rey, ou grande senhor os servidores andão com os pés por cima dellas. O seu comer he como de gente barbara...»⁴.

À categoria cultural de “polido”/ “civilizado”, tendo como elemento diferencial imprescindível a crença da religião cristã, opunham-se as de “bárbaro”, “selvagem” ou “bestial”, inferiores devido a características somáticas e culturais, como os modos de vestir, de comer e de habitar ou as formas de governação política, económica e social, associadas ao desconhecimento do Deus dos cristãos.

Concretamente, ao procurar encontrar justificação para os portugueses cativarem os berberes da Mauritânia e os negros da Guiné, argumentará Gomes Eanes de Zurara: «[...] ca [porque] elles nom sabyam que era pam nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa, e o que peor era, a grande inorancia que em ellos avya, pella qual nom avyam algũu conhecimento de bem [ou seja, estavam, ainda, na idade da “sem razão”], soamente viver em hũa occiosidade bestial»⁵. E Vasco Fernandes de Lucena, na *Oração de obediência* de D. João II a Inocência VIII, proferida a 11 de Dezembro de 1485, regozijar-se-á que os gentios da região da Mina, desconhedores até então do nome do Salvador, «agora se lhes tornou tão familiar com a frequência dos nossos que esses povos ferozes e bárbaros, dados à luxúria e à preguiça, sem caridade, sem sentimentos humanitários e que

³ Tradução do árabe por David Lopes sob o título *História dos Portugueses no Malabar por Zinadim*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848, p. 3.

⁴ Lisboa, por João Rodrigues, 1630, fls. 9-9v.

⁵ *Crónica dos feitos de Guiné*, vol. II – Texto, Lisboa, Agência Geral das Colónias, [1949], p.129.

vivem como animais, já começam a melhorar com a Religião». Mais: segundo ele, através do comércio (de valor de uso desigual, explicitamos nós) que tinha lugar no designado castelo da Mina, Portugal estava a contribuir para o aumento do «género humano», para o acrescentamento do «próprio mundo» e para o alargamento da «República Cristã»⁶.

No território conquistado e descoberto, delimitado por sinais emblemáticos e medido já em léguas pelos portugueses, como convinha à geo-política, participará, largamente, conforme é sabido, a hidrosfera ou, dito de outro modo, o nosso Império colonial moderno era essencialmente marítimo. Assim, assumirão um papel destacado, na utilização ou na funcionalidade dos territórios ultramarinos, algumas técnicas e conhecimentos pré-científicos relativos ao domínio do mar, tais como: o planeamento e o fabrico de embarcações adequadas aos vários tipos de viagens exploratórias, às actividades económicas ou às acções militares; o conhecimento do regime dos ventos marítimos ou do funcionamento das marés; a localização das embarcações no alto mar e a definição dos seus rumos e rotas através, sobretudo, do recurso à navegação astronómica e à moderna cartografia...

Registe-se, pois, a formação, entre nós, de um surpreendente cacho de inovações técnico-práticas (mais do que científico-teóricas) que nos permitiram construir um Império assente sobre meios de denominação/conquista modernos (com relevo para as tecnologias relativas à artilharia e à construção naval) e sobre o controle dos espaços produtores e mediadores das riquezas, das pessoas e das informações.

Política e diplomaticamente, Portugal obterá, sob os auspícios do Chefe da “Cristandade”, o reconhecimento da posse, presente e futura, de importantes espaços descobertos e a descobrir, já que, também, a tradicional rivalidade entre portugueses e castelhanos se alargará ao Ultramar, concretizando-se na aprovação de múltiplos tratados e diplomas.

Não se perca de vista, a propósito, que o modelo de “Império”, que foi ratificado com o tratado de Tordesilhas, assentou no poder de conquistar, mas, sobretudo, na capacidade de «descobrir e buscar terras», de comerciali-

⁶ Publicada em latim e traduzida para português in *As portas da Índia em 1484*, de A. Fontoura da Costa, Lisboa, Imprensa da Armada, 1936, pp. 67-86.

zar e resgatar, ou seja, de possuir e fruir (principalmente através da mercadoria) os *espaços novos* situados dentro de determinados limites territoriais. Ora, deste ponto de vista, em nosso entender, em Tordesilhas não houve, propriamente, uma paridade de potencialidades entre os dois Países peninsulares, mas uma vantagem nossa, já que o Império português poderia funcionar mais em latitude (a única coordenada avaliada, então, com rigor), enquanto que o espanhol teria de funcionar mais em longitude (uma coordenada apenas estimada). Assim, de imediato, a importância da descoberta do Gama, por estas razões e pelo valor incomensurável da Índia, suplantou a de Colombo.

Predominantemente por via marítima (insista-se), os Países Peninsulares passaram a ter acesso a enormes riquezas. No caso dos portugueses, Garcia de Resende estimou deste modo o crescimento da renda nacional, antes e depois de passarmos a ter acesso aos proventos ultramarinos: «Ho Reyno vimos valer/sessenta contos, non mais;/ as rendas tanto crescer,/ que agora o vemos render/ duzentos milhões de reaes,/India, e Mina non entrando,/ que estas duas, assomando/ os gastos, e os propectos,/ duzentos contos bem fectos/ rendem forros, navegando»⁷. É que, sobretudo, os negócios das especiarias e das drogas orientais geravam lucros verdadeiramente fabulosos: «A veadores da fazenda/ vi hũo contrato fazer,/ [...] venderam junto em hũ dia/ em drogas, speciaria,/septecentos mil cruzados:/outros lhe vi contractados/de pouco menos contia»⁸.

Circulavam a grande distância e rendiam, por isso fabulosamente, as mercadorias, por efeito da lei da oferta e da procura, mas também as comunicações se alargavam incomensuravelmente, permitindo a troca de bens culturais *novos*, quase todos, surpreendentes. Enfim, eram, também, as estradas marítimas que viabilizavam a aculturação e, pela primeira vez, esta assumia a escala da mundialização ou da globalização. Recorrendo, de novo, a Resende: «E vimos cõmunicar/ el Rey com ho preste Joam,/ embaixadas se mandar,/ cousa, que nella fallar/ parecia admiraçam: /viimos caa viir elefan-

⁷ *Ob. cit.*, p. 377.

⁸ *Ibidem.*, p. 377.

tes,/outras bestas semelhantes/ trazer da Índia per mar,/por mar has viimos mandar/ a Roma muy triumphantes»⁹.

Eis Portugal a estabelecer, por mar, a ligação com periferias e com áreas externas muito distantes da “economia-mundo europeia”, concorrendo, afinal, para se afirmarem, na Europa em construção, semi-periferias e centros económicos e culturais. Ei-lo, por outras palavras, a abraçar o Mundo, a contribuir, quase antagonicamente, para a expansão da “Cristandade” e para a formação da “Europa”, recorrendo àquilo que melhor se adequava à sua formação e vocação: um humanismo técnico-mercantil, no dizer de Vitorino Magalhães Godinho.

É um dado adquirido que a «Europa» se construiu muito lentamente e com contributos diversos em que sobressaíram, contudo, os que têm a marca cristã, apesar de, hoje, não vermos oficialmente reconhecido tal facto. Daí a persistência, até bem tarde, (em relação ao século XVI), da designação “Cristandade” ou “República Cristã”, convindo lembrar que, na Europa, não houve uma civilização única, antes se amalgamaram várias, quer sobrepondo-se, quer justapondo-se em complexos geográfico-históricos ricos, mas distintos e complementares: o antigo *mundo* mediterrânico, o *novo* complexo do Báltico e do Mar do Norte, os intermédios espaços da Europa Ocidental (com as zonas de Guipozcôa, Portugal e Andaluzia) e da Europa Central (a ocidente do Elba). Como pedras angulares, a nível cultural, rememorem-se os legados grego e romano, o processo de cristianização e de sedentarização dos bárbaros, a formação de reinos e até de impérios medievais, o movimento das cruzadas, as gestas de cavalaria, o florescimento da poesia trovadoresca, da artes românica e gótica... Mais prosaicos, pensemos nas inovações técnicas dos séculos XII e XIII, da “Longa Depressão” do século XIV e da primeira metade do seguinte; mas, pensemos, também, no potencial militar à disposição dos europeus, em particular dos portugueses, a partir do século XV, para dominarem, através da artilharia embarcada (ou seja, de armadas), grande parte do Mundo. Daí que Gaspar Barreiros,

⁹ *Ibidem*, p. 363.

sobrinho de João de Barros, tivesse observado que a guerra e a mercancia nos descobriram o que sabemos do Mundo.

Mas, como é que a modernidade ou a inovação, a par da tradicionalidade, foi também impregnando o próprio Reino português?

Em meados do século XV (reflectindo, por certo, já alguma recuperação da “Longa Depressão Europeia” que persistia há século e meio), Portugal começará a dar sinais de mudança no sentido da modernidade. Materialmente, alguns desses sinais viu-os Gomes Eanes de Zurara na maior afluência de «pão» (trigo) a Lisboa, proveniente das ilhas atlânticas (Madeira e, já talvez, Açores), e nas «grandes alturas das casas que se vão ao ceo, que se fizeram e fazem com a madeira daquellas partes» (ilhas atlânticas)¹⁰. Social, cultural e economicamente, o mesmo Zurara captará a conjuntura da mudança deste modo: «Aqy acho grandes senhores, aqy prellados, aqy fidalgos, aqy donas viuvas, cavalleiros relegiosos, meestres da santa fé, com muytos graduados em todallas sciencias, novos escollares, grandes aazes de scudeyros e d’homões de nobre criaçõm, offeciaes mecanicos, com outra infinda multidom de povoo»¹¹.

Repare-se que o crescimento territorial e populacional do nosso País contava, então, com elementos endógenos e exógenos, pelo que, a par de dispormos de novas *pátrias*, passávamos a acolher “outras gentes” provenientes dos mundos por nós descobertos. Mais: ao desbravamento ou alargamento útil do território reinol anexava-se um imenso e pingue território ultramarino e ao crescimento interno da população portuguesa apegava-se um intenso e estranho movimento demográfico, com deslocamentos individuais e colectivos em diversos sentidos. Tal já era bastante perceptível em começos do século XVI, podendo-se recorrer, uma vez mais, à informação de Resende: «Vi muytos matos romper, / grandes paûles abertos, / muytas herdades fazer/ em terras, matos desertos...»¹². É que se constituíam então mais casais: «Vemos muy anticipadas/ as vidas d’agora todas, / moços

¹⁰ *Crónica dos feitos de Guiné*, pp. 12-13.

¹¹ *Ibidem*, p. 12.

¹² *Ob. cit.*, p. 370.

com capas, espadas, / moças com moços casadas, / ante tempo fazer vodas»¹³. Por outro lado, não calará o orgulho nacional de: «Outro mundo novo vimos,/ per nossa gente se achar,/ e o nosso nauegar/ tam grande, que descobrimos/ cinco mil leguas per mar»¹⁴. E o que sucedera? «Viimos muyto espalhar / Portugueses no viver,/ Brasil, ilhas povoar,/ e aas Indias yr morar, / natureza lhe[s] esquecer:/ veemos no reyno metter/ tantos captivos crescer,/ e yremse hos naturaes,/ que se assi for serem mais/ elles que nos, a meu veer»¹⁵.

Repare-se que é, ainda, o território reinol que reproduz e gera antigas e novas categorias sociais, mas são já o Ultramar e o mar que proporcionam novos e abundantes proventos, a par, contudo, de certos males sociais, como a ressalga da viuvez. Retenha-se, ainda, que da tradicionalidade das actividades ou dos modos de vida já se despega o moderno atractivo pelos estudos, a par da importância das artes mecânicas, até porque, demograficamente, a população (“o povo”) estava a crescer, conforme se disse.

Iam-se uns, vinham outros; mas, Lisboa não parava da crescer e de se desenvolver, transformando-se o seu porto num dos mais concorridos da Europa: «Lisboa vimos crescer/ em povos, e em grandeza,/ e muyto se nobrecer/ em edificios, riqueza,/ em armas, e em poder,/ porto e tracto non ha tal...» – observará, também, o autor da *Miscelânea*¹⁶.

Registe-se, porém, que o fenómeno do crescimento e do desenvolvimento urbano tendia a ser mais ou menos geral por toda a Europa. Segundo Magalhães Godinho, «ao abrir o século XVI só se contam na Europa umas três ou quatro cidades com 100.000 habitantes ou mais: Nápoles, Veneza, Istambul, talvez Paris; em 1600 contam-se pelo menos onze. Além das anteriores, haverá Londres, Milão, Roma, Messina, Amesterdão, Sevilha e Lisboa. Mas, abaixo dos 100.000 habitantes, havia muitas outras na Itália, nos Países Baixos, na Espanha, em França...»¹⁷

¹³ *Ibidem*, p. 369.

¹⁴ *Ibidem*, p. 362.

¹⁵ *Ibidem*, p. 363.

¹⁶ *Ibidem*, p. 363.

¹⁷ Cf. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*.

Reparemos na geografia do crescimento urbano e do desenvolvimento urbanístico: o surto verificou-se mais notoriamente na Europa a ocidente do Elba, em particular no tradicional complexo Mediterrâneo (incluindo a Andaluzia) e no moderno complexo Atlântico (incluindo Portugal). E também não é difícil detectar as razões ou os factores de tal surto, numa perspectiva sinérgica: a urbanização concorria para alterar a estrutura produtiva com a ampliação da procura de bens e com ela aumentava a oferta de novos produtos, em particular dos industriais e dos ultramarinos. Deste modo, o diálogo campo-cidade robustecer-se-á e assistir-se-á, em torno de algumas cidades, a uma incipiente industrialização, com a possibilidade de tal fenómeno ganhar a amplitude de uma proto-industrialização (com relevo para o sector dos têxteis), o que será considerado por Rostov, segundo o seu modelo das *Etapas para o Desenvolvimento Económico*, como uma das pré-condições para o arranque das economias auto-sustentadas de então.

De qualquer modo, não se perca de vista a contribuição da riqueza mercantil e, implicitamente, das grandes navegações para o arranque de uma globalização, centrada na Europa, e que Garcia de Resende projecta assim na sua diversidade sinérgica: «[...] que grandes povoações?/ que grandes navegações?/ que grãdes Reys?/ que riquezas?/ que costumes? que estranhezas?/ que gentes, e que nações?»¹⁸.

Que grandes reis! Em muitas nações europeias (entre as quais, a portuguesa), as monarquias estavam a concorrer, decidida e notoriamente, para a afirmação do Estado moderno: ao legislar para todo o território nacional, ao outorgar socialmente honra e desonra, ao recompensar ou castigar, ao julgar ou perdoar (mas ao lembrar que até o privilégio se insere na aplicação da lei geral), ao dirigir a maior parte da vida económica... No caso português, a Coroa/Estado mercantiliza-se, ao participar largamente no trato e no tráfego ultramarinos (como empresário e armador), ao reformar instituições e aparelhos (de natureza económica, financeira, administrativa, judicial e militar), ao lançar impostos gerais e extraordinários, ao estabelecer a contabilidade estadual (tendo em conta as receitas e os gastos do Ultramar ou os emprésti-

¹⁸ *Ob. cit.*, p. 344.

mos que tem de fazer nas principais praças europeias), ao construir estaleiros e arsenais (para, sobretudo, abastecer armadas e fortalezas-feitorias)...

Com tais actividades ou funções e com tão amplos recursos económico-financeiros, o mais natural era que o Poder se centralizasse (definindo-se um centro, uma zona semi-periférica e outra periférica, do ponto de vista político-social), que a Coroa/Estado tendesse, até, a ser absoluto (ainda que respeitando os direitos fundamentais das ordens ou dos estados sociais) e que um novo senhorialismo ou uma *nova* nobreza (mais apta para servir na guerra e na administração modernas) substituísse a tradicional. Atento também a estas transformações nacionais, Garcia de Resende criticará, estranhando: «Hos jogos, nojos, prazeres,/ costumes, trajos, e leys [...]sam segundo querem Reys:/ que como sam adorados, /aho que sam inclinados/ todos vemos inclinar,/ tudo lhe[s] vemos louvar,/ ainda que vaam errados»¹⁹. E quanto à autêntica subversão social, traduzida em novas categorias sociais e estatutos (a que não falta, sequer a auto-promoção) com deferências ou honras inusitadas para recompensar serviços públicos, observará: «Os Reys por acrescentar/ as pessoas em valia,/ por lhe[s] serviços pagar, /vimos a hũs o dom dar, /e a outros fidalguia:/já se os Reys non haam mester,/ pois toma dom quẽ ho quer...»²⁰.

Consentânea com a grandeza do Império, também a Corte portuguesa se transformará. Para captar essa imagem recordemos, uma vez mais, o autor da *Miscelânea*: «Ha corte de Portugal/ vimos bem pequena ser,/ depois tanto ennoblescer,/ que nõ ha outra yqual/ na christandade, a meu ver:/ tem cinco mil moradores,/ em que entrã muytos senhores,/ a que elRey dá assentamentos [...]»²¹.

O centro de uma sociedade, largamente procurado por alguns e rejeitado por uma pequena parte, é muito mais do que o lugar físico onde se tomam decisões e se coordenam funções. É um espaço marcado pelo sagrado (que não apenas no sentido religioso), pelo carisma de quem representa o poder e concorre para a definição do sistema de valores centrais, ou seja, dos que

¹⁹ *Ob. cit.*, p. 370.

²⁰ *Ibidem*, pp. 369-370.

²¹ *Ibidem*, p. 377.

logram estabelecer consensos através da tradicionalidade, ao projectarem na actualidade o passado mais característico e reconhecido de uma sociedade. Claro está que a este sistema de valores centrais não são alheias as qualidades pessoais dos que exercem e representam o Poder.

Como era constituído o núcleo das crenças e dos valores tradicionais e modernos da sociedade portuguesa de Quatrocentos e de Quinhentos? Antes de respondermos, retenhamos que, a par das crenças religiosas (profundas e indiscutíveis, a ponto de qualquer cristão dever estar disposto a morrer pela defesa da sua religião), afirmar-se-ão, embora com pesos diversos, os quatro maiores valores sociais das sociedades do Antigo Regime: a honra, o proveito, a fama, e a glória.

Manuseemos a *Crónica dos feitos de Guiné* e sobre acontecimentos de meados do século XV, mais propriamente a propósito da pirataria e do curso que os portugueses praticavam na Mauritânia e na Guiné com largo apoio dos Infantes D. Pedro e D. Henrique, comentará Zurara: «Assy foram estas cousas crescendo pouco e pouco, e as gentes tomando ousyo de seguyr aquella carreira, hũus por servyr, outros por guanhar honra, outros com sperança de proveito, ainda que cada hũa destas duas cousas traga consigo ambas, e esto he que em servindo aproveitam em sy, e acrecentavam em sua honra»²².

Repare-se no carácter sinérgico dos valores da honra e do proveito, articulados já, seguramente, com um terceiro – a conquista da glória celeste para os que morressem ao serviço da expansão da “Cristandade”. Mais: será com base nestes valores reais, imbricados com elementos religiosos, histórico-míticos (caso da batalha de Ourique) e até utópicos, que se irá formando e evoluindo, desde começos do século XV, uma ideologia ao serviço da Expansão, de modo a potencializar (em quantidade e qualidade) os débeis recursos humanos capazes de fazer a guerra no exterior.

Na sociedade basicamente tripartida e trifuncional de então, os estados/ordens deveriam manter-se fiéis à prática das actividades ou dos serviços que lhes eram exigidos, adoptando comportamentos e condutas consentâ-

²² *Crónica dos feitos de Guiné*, p. 94.

neos: a clerezia e a nobreza deveriam rezar e combater, não se mostrando muito atreitos à riqueza móvel, mas sabendo, porém, que honra sem proveito era coisa vã; a burguesia e a gente miúda deveriam mercadejar e trabalhar, mas sem perverterem os sinais exteriores das suas categorias no que concerne, por exemplo, à maneira de vestir. Contudo, na viragem do século XV para o XVI, coincidindo portanto com a realização das Grandes Descobertas, os estatutos, os códigos sociais, os comportamentos e as condutas estarão, já, em claro processo de subversão: «Vi soberba nos villãos,/ e baixeza nos honrados,/ vi cubiça nos prelados,/ descuido nos anciãos,/ e desordens nos estados [...]» – observará Resende²³. E é o próprio quem detecta o principal factor dessa subversão: «Os Portugueses sohiam,/ ser nas armas muy destrados,/ animosos ser sohiam,/ os homens muy delicados/ por homens fracos aviam / non lhes lembrava tractar,/ nem muito negociar [...]. / Depois foram tam polidos,/ tam ricos, tam atilados,/ tam doces e tam luzidos,/ e tam cheos d'esfaltados,/ cabelleiras, e tingidos,/ e em gastar desordenados,/ e tantos trajos mudados,/ tanto mudar de viver,/ tanto tractar, revolver,/ tanto ser negociados»²⁴.

É, portanto, o trato ou o negocio (em detrimento da actividade guerreira) que provoca a mudança em todos os domínios, instalando-se, inclusive, uma mentalidade consumista: «Gastos muy demasiados/ vemos nas donnas casadas,/ em joyas, prata, lavrados,/perfumes, e desfiados/ [...] vimos per vinte cruzados/ luvas de coiro vender»²⁵.

Deste modo, não surpreende que a prática da mercancia e a teoria correspondente (o mercantilismo) impregnem o todo social, desde o económico ao mental, e se afirmem como um dos principais (se não o principal) vector da modernidade. Afirma-o já, em começos do século XVI, sem qualquer dúvida, o nosso Tomé Pires, no prólogo da sua *Suma Oriental*, uma descrição geográfica, antropológica, económica e sócio-cultural das ricas e mercantilizadas civilizações e culturas do Índico e do Pacífico: «E nesta suma nom somente falarei da repartiçam das partes provyçias regnos regioes e de

²³ *Ob. cit.*, p. 369.

²⁴ *Ibidem*, p. 369.

²⁵ *Ibidem*, p. 369.

suas comfrontações mas ainda do tracto e commercio que h mas têm com outras o qual trato de mercadoria hé tam neçesario que sem elle nom se sosteria o mundo. Este hé o que nobrece os regnos que faz grandes as jemtes e nobelita as çidades e o que faz a guerra e a paaz»²⁶.

Atente-se, a propósito, na mercantilização que atinge a guerra moderna: o soldado converte-se em chatim (pequeno comerciante), o que significa que o produto do saque tem como sentido principal entrar no circuito das mercadorias e faz-se a guerra para viabilizar a mercancia, com o dinheiro a transformar-se no «nervo» da própria guerra. Não estaremos, deste modo, já muito próximo dos nossos dias? E se, hoje, nos preocupamos com um economicismo extremo que chega a converter-se em ideologia, como não entender as críticas acerbas de um tradicionalista como Diogo do Couto, na viragem do século XVI? Angustiava-o que a Índia portuguesa se perdesse por corrupção, por má administração, por se prescindir de fazer guerra cruzadística, mas também e, sobretudo, por se não dar nela «nada por merecimentos, senão por dinheiro»²⁷. Eis-nos a tocar realidades bem modernas. Seria, porém, um erro pensarmos que o processo da modernização (mesmo nos limites próprios da realidade dos séculos XV e XVI) era geral e que contagiava todas as instituições (quanto mais os indivíduos). Concretamente, o ensino universitário que, durante o século XVI será ministrado entre nós, está escassamente impregnado (salvo raras excepções) de modernidade e até se mostra divorciado do fenómeno dos Descobrimentos, que o mesmo é dizer que se desenvolve à margem dos resultados da observação directa e do conhecimento experimental. Tal não significa, porém, que não houvesse intelectuais ligados aos Descobrimentos, designadamente os que trabalhavam em campos pré-científicos, como os da Medicina (poder-se-á falar de um humanismo médico), da Geografia e da História Natural, da Antropologia física e cultural... Os resultados dos seus saberes destruíram mitos, corrigiram os “antigos” e proporcionaram-nos novidades e certezas.

²⁶ *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1978, p. 132.

²⁷ *O Soldado Prático*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1954.

De qualquer modo, convirá realçar (como o fez, por exemplo, o Professor Silva Dias em *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*) que houve movimentos paralelos ao dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa que, mesmo naqueles campos do saber, contribuíram tanto ou mais para a formação do conhecimento científico, com relevo para os renascentistas italianos, franceses, holandeses e alemães. Como refere Silva Dias: «Os Descobrimentos não se acham na linha da especulação e da pesquisa teórica»²⁸. Contudo e continuando a citar o mesmo autor, por exemplo «Os “naturalistas” portugueses do século XVI chegaram, pela via da prática, a conclusões análogas às que os sábios de além-Pirinéus formularam à luz de uma análise teórica, apoiada ou não por experiências e observações»²⁹. Mas, também, a teoria e a prática se articularam, como sucedeu, por exemplo, em matérias relativas à náutica portuguesa dos séculos XV e XVI.

A nós portugueses deve-se, contudo é sobretudo, graças aos Descobrimentos e à Expansão Ultramarina (nas suas vertentes da colonização, da emigração e das viagens), a percepção, captada e incontida, de que o Mundo, afinal, era ilimitado (ou quase) e que o homem tinha capacidades e meios para o dominar, para intervir nele (como um criador), para o usufruir e para se afirmar como um cidadão do orbe. Nesta convicção, pela primeira vez experimentada e afirmada, o homem descobre-se a si próprio e aos outros (enfim, constrói a humanidade) e até descobre Deus, embora de outros modos.

²⁸ Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973, p. 140.

²⁹ *Ibidem*, p. 142.